

## Instruções para interposição de recursos:

Caros alunos,

Na elaboração dos recursos contra a banca examinadora, é recomendável **NÃO** reproduzir literalmente o conteúdo abaixo. Na verdade, o que se segue constitui tão-somente um modelo para candidatos interessados em elevar sua nota no certame do BACEN.

\* Assim que nós recebermos as sugestões dos demais professores, faremos a divulgação no sítio eletrônico da **Academia do Concurso Público** ([www.academiadoconcurso.com.br](http://www.academiadoconcurso.com.br)).

BACEN - TÉCNICO ADMINISTRATIVO- ÁREA 1

### REDAÇÃO OFICIAL

Item 19 – O ofício é o documento adequado para a comunicação de assunto oficial entre o presidente do BACEN e o ministro da fazenda.

Gabarito preliminar: CERTO

Recurso:

Consta do site oficial da Presidência da República – [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) – na lista de “Ministérios da Presidência da República” o “Banco Central do Brasil”. No mesmo site consta da lista de ministros “Banco Central do Brasil – Alexandre Tombini”.

Fica claro que o presidente do Banco Central do Brasil – BACEN – é ministro de estado e, portanto, o documento adequado para comunicação do presidente do BACEN com o ministro da fazenda é o Aviso, que segundo o Manual de Redação Oficial da Presidência da República é a forma de comunicação adequada entre ministros de estado. Solicito, portanto, a alteração do gabarito da questão em tela de CERTO para ERRADO.

### RLM

A numeração das notas de papel-moeda de determinado país é constituída por duas das 26 letras do alfabeto da língua portuguesa, com ou sem repetição, seguidas de um numeral com 9 algarismos arábicos, de 0 a 9, com ou sem repetição. Julgue os próximos itens, relativos a esse sistema de numeração.

57 - Considere que o valor de determinada nota desse país seja equivalente a R\$ 2,00. Nesse caso, o valor de todas essas notas em que a numeração contém pelo menos uma vogal é superior a 4 trilhões de reais.

Considerando a existência de 26 letras do alfabeto da língua portuguesa e 10 algarismos, o total de numerações possíveis será calculado através de

$$26 \times 26 \times 10^9 = 676 \times 10^9$$

Para se calcular o total de notas que tenham no mínimo uma vogal, basta retirar, do total de possibilidades, a quantidade de existências de só conterem consoantes.

Sendo assim, o total de notas só com consoantes é calculada da forma

5 vogais e 21 consoantes

$$21 \times 21 \times 10^9 = 441 \times 10^9$$

Logo, o total de notas, com pelo menos uma vogal, será

$$676 \times 10^9 - 441 \times 10^9 = 235 \times 10^9 = 235.000.000.000 = 235 \text{ bilhões}$$

Se essas notas são de R\$ 2,00, o valor total será de 470 bilhões

Diante dos fatos, solicito a alteração do gabarito para E

## CONTABILIDADE QUESTÃO 65

A teoria contábil define que saldo é a diferença entre os registros a crédito e a débito efetuadas para uma determinada conta. Por esta razão, uma conta só pode ter saldo credor ou saldo devedor, nunca os dois ao mesmo tempo.

As provas desta renomada instituição, são provas em que o candidato deve avaliar se uma questão está certa ou errada. Quando a redação da questão torna-se imprecisa, há sempre a possibilidade de o examinado ser induzido ao erro.

Baseado, na teoria da Contabilidade, o mais adequado seria dizer que os registros a débito seriam iguais aos registros a crédito, o que caracterizaria que as contas de resultado devem ter saldo igual a zero.

Em razão do exposto, pede-se alteração do gabarito para ERRADO ou a anulação da questão caso a banca julgue que ocorreu dupla interpretação.

Fundamentação: Contabilidade Geral- Ed Luiz Ferrari, Impetus, 13ª Edição.

### QUESTÃO 80

80 - A provisão para devedores duvidosos é uma conta retificadora do ativo circulante constituída com base no princípio da prudência.

Eis os motivos:

A provisão para devedores duvidosos é uma estimativa de perdas dos créditos que a entidade possui em função da inadimplência de seus devedores.

É conta retificadora do ativo circulante, pois retifica a conta clientes ou duplicatas a receber, e é lançada da seguinte maneira:

D – Despesa com devedores duvidosos

C – Provisão para devedores duvidosos

É constituída a fim de que ativos não sejam superestimados no patrimônio da entidade.

Tal registro, embora esteja fundamentado na observância de mais de um Princípio de Contabilidade, como por exemplo o Princípio da Competência, leva em consideração, também, o Princípio da Prudência, vide o art. 10 da Resolução 750/93 (com atualização):

**Art. 10.** *O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.*

*Parágrafo único.* *O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às **estimativas** em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)*

Ademais, a própria banca considerou como correta as seguintes assertivas:

(TRE BA – Analista Judiciário – 2009) A provisão para créditos de liquidação duvidosa fundamenta-se no princípio contábil da prudência, que considera, entre as opções aceitáveis, o menor ativo.

(UNIPAMPA – Contador – 2009) Na contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa, deve-se considerar, especialmente, o princípio da prudência, pois são feitas estimativas que envolvem incertezas.

Pelos motivos expostos, solicita-se a alteração de gabarito.

### **PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE GABARITO DA QUESTÃO N° 68 DE ERRADO PARA CERTO**

Provisão para imposto de renda	100
Depreciação acumulada veículos	100
Despesa administrativa	100
Contribuição social sobre lucro	100
Despesa e equivalência Patrimonial	200
Estoque de mercadoria revenda	200
Prejuízos acumulados	200
Comissão de vendedores	200
Salários e encargos a pagar	300
Veículos	300
Bancos conta movimento	300
Clientes	400
Despesa tributaria	300
Imposto e contribuição social a recolher	400
Investimento em coligadas	400
Direitos autorais	400
Fornecedores	400
Despesas de alugueis	600
Capital social	800
Imposto incidentes sobre vendas	1000
Despesa de salário	1200
Custo de mercadoria vendida	4000
Receita de vendas	8000

Considerando as contas e os saldos da tabela acima, que representam o balancete de uma empresa em 31/12/X12, antes da destinação do resultado do exercício, julgue os itens que se seguem.

68 - A reserva legal não deverá ser constituída no exercício de X12.

Eis os motivos:

Inicialmente, o enunciado da questão informa que a tabela acima representa o balancete de uma empresa em 31/12/X12.

Sabe-se que no encerramento de um período o balancete de verificação é levantado a fim de se verificar os possíveis erros de escrituração dos fatos contábeis, apontando, principalmente, os erros relacionados ao método das partidas dobradas. De acordo com este método, o valor total debitado no registro de um fato contábil, em uma ou mais contas, deve ter, necessariamente, a contrapartida a crédito, em uma ou mais contas. Assim, o balancete levantado ao final de um período deve ter o total de saldos devedores igual ao total dos saldos credores.

Assim, para que o total das contas devedoras seja igual ao total das contas credoras, devemos, necessariamente, considerar a conta de Provisão para Imposto de Renda como uma conta devedora, sendo uma despesa, conta de resultado, em consonância ao que preceitua o artigo 187 da Lei 6.404/76 que versa sobre a DRE, como segue:

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais

IV – o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas; [\(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a **provisão para o imposto;**

VI – as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa; [\(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

(...)

Com a classificação desta conta como devedora, teremos o seguinte balancete:

Contas	Devedoras	Credoras
<b>Provisão para imposto de renda</b>	<b>100,00</b>	
Depreciação acumulada veículos		100,00
Despesa administrativa	100,00	
Contribuição social sobre lucro	100,00	
Despesa e equivalência Patrimonial	200,00	
Estoque de mercadoria revenda	200,00	
Prejuízos acumulados	200,00	
Comissão de vendedores	200,00	
Salários e encargos a pagar		300,00
Veículos	300,00	
Bancos conta movimento	300,00	
Clientes	400,00	
Despesa tributaria	300,00	
Imposto e contribuição social a recolher		400,00
Investimento em coligadas	400,00	
Direitos autorais	400,00	
Fornecedores		400,00
Despesas de alugueis	600,00	
Capital social		800,00
Imposto incidentes sobre vendas	1.000,00	
Despesa de salário	1.200,00	
Custo de mercadoria vendida	4.000,00	
Receita de vendas		8.000,00
<b>Total</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>

Sendo assim, a simples apuração de resultado, seria:

Provisão para imposto de renda	-100,00
Despesa administrativa	-100,00
Contribuição social sobre lucro	-100,00
Despesa e equivalência. Patrimonial	-200,00
Comissão de vendedores	-200,00
Despesa tributaria	-300,00
Despesas de alugueis	-600,00
Impostos incidentes sobre vendas	-1.000,00
Despesa de salário	-1.200,00
Custo de mercadoria vendida	-4.000,00
Receita de vendas	8.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>200,00</b>

O lucro de 200,00 deve ser transferido para o PL. Entretanto, no PL, esse lucro será compensado pelos Prejuízos Acumulados de 200,00, conforme art. 189 da Lei 6.404/76, não restando saldo algum para a constituição da reserva legal.

*Art. 189. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda*

Portanto a assertiva está **correta**, e não errada, quando preceitua que reserva legal não deverá ser constituída no exercício de X12.

Por fim, cabe ressaltar que a classificação da conta Provisão para Imposto de Renda se justifica como conta de despesas (e devedora), pois somente assim seria possível fechar o balanço patrimonial, como segue:

Contas	ativo circulante	ativo não circulante	passivo circulante	passivo não circulante	pl
Depreciação acumulada veículos		-100,00			
Estoque de mercadoria revenda	200,00				
<b>Prejuízos acumulados</b>					<b>0,00</b>
Salários e encargos a pagar			300,00		
Veículos		300,00			
Bancos conta movimento	300,00				
Clientes	400,00				
Imposto e cont. social recolher			400,00		
Investimento em coligadas		400,00			
Direitos autorais		400,00			
Fornecedores			400,00		
Capital social					800,00
<b>total</b>	<b>900,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>800,00</b>

Pelo exposto, pede-se a alteração de gabarito.